

Sumário

1 Introdução.....	1
2 Sociedade Informacional e Criptomoedas.....	9
2.1 A Substituição de Paradigmas: em direção a uma nova revolução científica.....	10
2.2 A Terceira Revolução Industrial: protagonismo das tecnologias de comunicação e informação.....	14
2.3 A Sociedade Informacional: características, implicações e rupturas.....	20
2.4 <i>Blockchain</i> e Criptomoedas: o dinheiro em tempos de criptografia.....	26
2.4.1 A estrutura <i>Blockchain</i>	35
2.4.2 As criptomoedas em espécie e suas utilidades econômicas.....	47
2.4.3 Perspectivas de sua regulação no direito estrangeiro e nacional.....	62
3 O Direito Antitruste no Brasil: princípios, escopos e sua importância para o desenvolvimento.....	67
3.1 A Ordem Constitucional Econômica no Brasil.....	69
3.1.1 O princípio da livre iniciativa.....	75
3.1.2 O princípio da livre concorrência.....	81
3.2 Direito Antitruste: conceito, fundamentos e principais escopos.....	86
3.2.1 As Escolas do Direito Antitruste: diálogos necessários para a compreensão da disciplina.....	90

3.2.2 Os escopos do Direito Antitruste.....	97
3.3 O Direito Antitruste na Promoção do Desenvolvimento.....	104
4 Análise Comparativa da Atuação do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica: um estudo de caso sobre o encerramento de conta bancária de corretoras de criptomoeda por iniciativa unilateral da instituição financeira.....	115
4.1 Percurso Metodológico da Pesquisa.....	116
4.2 De São Paulo Para Brasília: O Caso Perante o Judiciário.....	117
4.2.1. Primeira análise: o Superior Tribunal de Justiça acertou ao concluir que não houve abuso do direito na conduta do Itaú Unibanco?.....	121
4.2.2 Segunda análise: o contrato como roupagem jurídica de uma operação econômica	132
4.3 De Brasília Para o Brasil: o caso perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	145
4.3.1 Primeira análise: o mercado relevante de serviços bancários e o exercício abusivo de posição dominante no encerramento unilateral de contas de depósito.....	149
4.3.2 Segunda análise: a recusa de contratar como restrição vertical.....	157
5 Considerações Finais.....	167
Referências.....	179